

2 A gramática do vazio

"É sempre bom lembrar
que um copo vazio está cheio de ar.
Que o ar no copo ocupa o lugar do vinho,
que o vinho busca ocupar o lugar da dor.
que a dor ocupa metade da verdade,
a verdadeira natureza interior".
(Chico Buarque)

Este capítulo está dividido em duas partes. Na primeira, discute-se a relevância do vazio na investigação científica em geral e nos estudos da linguagem, em particular, com a apresentação de um breve panorama das diferentes abordagens sobre o assunto desde a gramática clássica até os recentes estudos normativos. Na segunda parte, fazemos um histórico das diferentes abordagens ao estudo do fenômeno do vazio linguístico dentro das teorias propostas pela gramática gerativa (Teoria Padrão, Teoria da Regência e Ligação e Programa Minimalista), com destaque aos tipos de Elipse mais recorrentes no PB e ao contexto de elisão nominal – objeto de investigação do presente trabalho. Ao final, apresentamos um resumo do que foi abordado.

2.1 A presença do vazio

O fenômeno do vazio, na linguagem ou na natureza, sempre atraiu a curiosidade humana. Estudiosos e pesquisadores, ao longo do tempo, voltaram atenção em busca da compreensão de sua natureza e de suas propriedades constitutivas.

A título de exemplificação, em ciências ditas da Natureza, como a Química e a Física, não faltam casos de pesquisas envolvendo o fenômeno do vazio. Nas ciências químicas, por exemplo, o vazio tem relevância capital nas pesquisas acerca da natureza e da constituição dos átomos, formados por uma trilionésima parte de matéria (prótons, elétrons e nêutrons) e o restante de um vazio substancial. Na Física, a noção de vácuo contribuiu para investigações sobre o movimento dos corpos e para um maior entendimento sobre a pressão atmosférica e o princípio de funcionamento do barômetro.

O fascínio exercido no homem pelo vazio não se revelou diferente no domínio da linguagem humana.

No âmbito dos estudos linguísticos, a investigação sobre o fenômeno do vazio está originalmente associada ao estudo da *elipse*, termo que, em sua acepção latina (*ellipsis*), significa *falta, vazio, ausência*, e, em sua acepção geométrica, derivada das ciências exatas, assume o sentido de *imperfeição, incompletude, defeito*.

A aproximação entre o sentido etimológico e o geométrico se deu por associação metafórica, uma vez que, no domínio da matemática, a elipse corresponde a um *círculo imperfeito*, a um *encurtamento de plano geométrico*, noção que leva à ideia de *ausência, defeito*, donde se derivou, num primeiro momento do estudo, o sentido de elipse linguística como uma *falta*, em que a oração é encurtada por ausência de palavras.

A busca pela compreensão da natureza e do funcionamento da elipse remonta à gramática clássica e, desde então, vem registrando diferentes perspectivas de análise.

Apesar de isoladas referências a um certo formalismo³, a abordagem dos primeiros estudos clássicos sobre o fenômeno da elipse tem fundamento na retórica e baseia-se predominantemente em aspectos semânticos e discursivos, reservando a segundo plano o tratamento formal. A elipse, nesse sentido, deve ser compreendida em termos de figuras de linguagem e seu emprego entendido como recurso estilístico para dar ao pensamento mais luz e clareza, além de economia e rapidez, opondo-se à hipérbole e à verborragia.

Em Aristóteles e Horácio, referências clássicas no estudo da retórica, a elipse de um segmento da frase, mais do que questão de economia linguística e finalidade discursiva de ‘não cansar o ouvido’, era vista como sinônimo de

³ “a elipse é sobretudo uma manifestação linguística de unicidade e convergência, um objeto gramatical sistematizado – independentemente da sua variabilidade superficial. Nessa perspectiva, a doutrina clássica admite que a elipse tem muito a dizer sobre a linguagem em geral e sobre a estrutura das línguas em particular. Fica demonstrado pela obra do humanista espanhol Sanctius -a sua *Minerva*-, que uma teoria da elipse de alguma forma implica uma teoria da linguagem. Para Sanctius, em sua *Minerva*, a figura (da elipse) deixa de ser um mero caso de irregularidade pontual para adquirir um contorno essencial no sistema de formalização da gramática (...) A gramática não se limita doravante a descrever as aparências enganadoras do *usus*, mas, ao tentar formular regras racionalmente elaboradas, é inevitável que essa formalização pouco a pouco se afaste da realidade efetiva dos enunciados produzidos. Em consequência, entende-se a importância metodológica que a elipse representa, como figura de recurso capaz de reaproximar, já perto dos limites extremos da gramática, a compreensão das estruturas abstratas da línguas e os desvios aparentes (MARTINHO, 1999, p. 10).

incompletude e imperfeição e, na dimensão psicológica, como expediente a “imitar a marcha precipitada das paixões” (SOARES BARBOSA, 1822, p. 409-410).

Martinho evidencia essa função teleológica – alheia a uma preocupação formal –, conferida ao emprego da elipse, ao afirmar que

Do clássico *alívio* horaciano à preocupação retórica em separar ideia e palavra, passando pelo princípio de analogia sanctiano, sempre se insistiu sobre essa função: o principal papel da elipse consiste em (saber) usar o código linguístico de modo económico, criando as condições de brevidade desejáveis. Essa brevidade tem como finalidade e como fundamento melhorar a mensagem do ponto de vista comunicativo, estilístico, e até psicológico. (MARTINHO, 1999, p. 14)

No que diz respeito à relevante questão entre *ausência* e *presença* de elementos linguísticos, oposição que atravessa todas as perspectivas de análise sobre o assunto, os Antigos, ao que parece, consideram que a ocorrência de elipse ou a presença do material lexical não passa de mera variação estilística da mesma construção sentencial.

Contudo, apesar da centralidade em aspectos semânticos e discursivos na análise da elipse na gramática clássica em geral, e sua influência em estudos renascentistas e modernos, trabalhos como o de Soares Barbosa (1822) já apontavam uma tentativa de racionalização do fenômeno, no sentido de promover a distinção entre elisão, propriamente dita, e o subentendido – antecipando, assim, o que mais tarde seria objeto de discussão no âmbito dos estudos gerativos sobre o vazio.

A chamada *escala de opacidade* (BARLETT, 1983, apud MARTINHO, 1998, p. 8) foi o critério utilizado para marcar a diferenciação entre os diversos tipos de vazio linguístico e se revelou a primeira ferramenta metodológica na identificação dos aspectos gramaticais envolvidos no fenômeno. Pelos princípios da escala, quanto mais transparente a relação entre o termo elidido e seu referente maior a evidência do papel das estruturas abstratas e menor o peso dos elementos contextuais.

Nesse sentido, sentenças como (9) e (10) são de natureza distinta de (11) e (12), em termos de identificação do vazio linguístico.

- (9) O meu amor pela vida é maior do que o seu [~~amor pela vida~~].
- (10) A seleção da Alemanha e a [~~seleção~~] da Argentina fizeram um belo jogo.
- (11) A ABL é formada por [~~esritores~~] imortais.
- (12) [~~Eu desejo~~] Parabéns [~~a você~~]!

Outro conceito importante, ainda no correr dos estudos à luz da gramática clássica, diz respeito à oposição entre *elipse por razão* e *elipse por uso*, assemelhando-se à lógica da *escala de opacidade* e também revelando preocupação com o caráter racional desse tipo de construção linguística.

Soares Barbosa (1822), ao formular a distinção entre esses dois tipos de elipse, aponta para a natureza genérica do primeiro tipo em contraste à natureza particular do segundo.

Tem a **ração** por fundamento todas as ellipses, que se supprem com alguma palavra, declarada ja em alguma parte analoga da mesma oração, ou periodo, e que se não repete nas outras por causa de brevidade, e por ser facil de entender. (...) Naquellas ellipses porém, que so são autorizadas pelo **uso** de cada lingua, não ha o mesmo recurso, que nas primeiras. He preciso supprir de fóra as palavras, que faltão; que porisso não são sempre as mesmas em todas as linguas, e cada uma tem as suas. (SOARES BARBOSA, 1822, p. 405 - 406)

Assim, sentenças como (13) e (14) devem figurar no grupo *elipse por razão*, ao passo que (15) e (16) devem ser classificadas como *elipse por uso*.

- (13) Ainda que ele queira [~~ficar rico~~], não vai conseguir ficar rico.
- (14) A casa de praia do João e a [~~essa~~] de campo da Maria foram vendidas.
- (15) O [~~homem~~] justo viverá por fé.
- (16) O [~~time do~~] Flamengo contratou novo técnico.

Assumindo um recorte mais atual sobre o tema, verifica-se que a abordagem da gramática normativa ao fenômeno da elisão em nada contribuiu aos estudos anteriores, na medida em que reforça a prevalência de fatores semânticos e discursivo-pragmáticos na resolução e identificação do elemento elidido.

Cunha (1980, p. 575) afirmam que “a elipse é a omissão, espontânea ou voluntária, de um termo que o contexto ou a situação permitem facilmente suprir”.

Bechara (2002, p. 592), outra referência nos estudos normativos da Língua Portuguesa, apresenta o assunto em apêndice sobre figuras de linguagem – a exemplo do estudo retórico –, e aponta que a elipse é a ‘omissão de um termo facilmente subentendido por faltar onde normalmente aparece, ou por ter sido anteriormente enunciado ou sugerido, ou ainda por ser depreendido pela situação, ou contexto’.

Azeredo (2010), em parcial contramão à perspectiva clássica, subverte a lógica da *escala de opacidade* e dos estudos de Soares Barbosa (1822), ao classificar a elipse – propriamente dita – como zeugma e o subentendido contextual como elipse.

(elipse) Omissão de um termo numa enunciação linguística. No enunciado, o termo elíptico é facilmente subentendido porque está presente em nosso espírito e sua compreensão se depreende do contexto geral ou da situação. (...) À supressão de um termo anteriormente expresso dá-se o nome particular de zeugma. (AZEREDO, 2010, p. 490-491)

Nesse sentido, a gramática tradicional, alheia a preocupações racionais e abstratas, aponta basicamente duas maneiras de se identificar e recuperar a expressão elidida, ao largo de uma sistematização formal: por meio de elementos gramaticais presentes na superfície textual ou por dados do contexto, como podemos ver, respectivamente, em (17) e (18).

- (17) O caminho da verdade é simples e o [~~caminho~~] da falsidade é vário.
 (18) Os [~~homens~~] cristãos de verdade seguem a Bíblia.

Ambas as abordagens – clássica e normativa – se valem de um mesmo e só expediente para a identificação do elemento não manifesto, qual seja, a recuperação referencial deste elemento, seja pela presença de elementos na sentença ou pelo contexto, o que engloba os mais diversos fenômenos do vazio numa só categoria sem qualquer distinção de natureza e propriedade entre eles.

Nesse sentido, o tratamento gerativista ao tema vai além da abordagem semântica e pragmático-contextual, e alcança o domínio dos aspectos estruturais e abstratos do fenômeno, permitindo, assim, o estabelecimento de distinções entre

os diferentes tipos de vazio e a formalização de critérios de identificação e legitimação desses fenômenos, como veremos na seção seguinte.

2.2

O vazio na Gramática Gerativa

Como vimos na seção anterior, o vazio, na natureza e na linguagem, sempre despertou interesse à investigação humana e foi linguisticamente tratado por gramáticos clássicos e normativos, ao longo dos tempos.

Nesta seção, apresentaremos o estudo gerativo sobre elisão numa perspectiva histórica⁴. Nas subseções 2.2.1, 2.2.2 e 2.2.3, faremos uma caracterização do estudo do vazio linguístico, com ênfase na elipse, mostrando como esse fenômeno era pensado nos primeiros momentos da teoria gerativa e, sobretudo, dentro do quadro da Teoria de Regência e Ligação – TRL (CHOMSKY, 1981). Na subseção 2.2.4, abordaremos a visão minimalista sobre o assunto, aporte teórico central para nossa análise.

No entanto, antes mesmo de apresentarmos o quadro de análises gerativas não minimalistas ao fenômeno do vazio linguístico, daremos destaque aos tipos de elipses com maior peso descritivo na literatura pesquisada (ROSS, 1969; JACKENDOFF, 1971; LOBCEK, 1995; CYRINO, 2003; MADURO, 2005; CLARA, 2008) e com maior ocorrência e produtividade no PB, abordando também os contextos legitimadores de ENs nessa gramática.

Contudo, é importante ressaltar que, considerando a natureza paramétrica do fenômeno da elipse, a apresentação que se segue é apenas um recorte contextual sobre o estudo da elisão.

2.2.1

Tipos de Elipse

O que chamamos, em termos genéricos, de elipse cobre um diverso conjunto de fenômenos de omissão de constituintes sintáticos.

Da literatura de referência, acima mencionada, extraímos oito tipos diferentes de elipse, exemplificados nas sentenças (19) – (27) a seguir, cada qual

⁴ Além da importância dessa perspectiva histórica do fenômeno dentro da gramática gerativa, a apresentação de análise dentro do quadro teórico da Teoria da Regência e Ligação se justifica pelo fato de que todos os trabalhos que encontramos sobre EN no Português Europeu e Português Brasileiro tomam essa teoria como base.

obedecendo a diferentes condições estruturais e apresentando diferentes tipos de restrição.

(19) A minha filha só vai *estudar em Portugal*, se o irmão dela também for [~~estudar em Portugal~~].

(20) Não vou conseguir *gastar todo esse dinheiro*, mesmo se eu quiser [~~gastar todo esse dinheiro~~].

(21) Ricardo *esqueceu de dar o presente à Maria*, mas o João não [~~esqueceu de dar o presente à Maria~~].

(22) A Cilene *foi* ao teatro e a Raiane, [~~foi~~] ao cinema.

(23) Muita gente *vai perder o emprego*, mas não podemos precisar quem [~~vai perder o emprego~~].

(24) Duas daquelas *mulheres ganharam o prêmio*, mas eu não posso dizer quais [~~mulheres ganharam o prêmio~~]

(25) P: O que você comprou no Extra?

R: [~~Eu comprei~~] Legumes e verduras.

(26) P: Você estuda na UFRJ?

R: Não, [~~eu estudo~~] na PUC.

(27) O *bolo de chocolate* da Rita está bom, mas o [~~o bolo de chocolate~~] da Joana está melhor ainda.

Em (19), temos um caso de *Elipse de VP*, em que o constituinte apagado é o sintagma verbal, podendo figurar nesse apagamento o núcleo do VP (Verbal Phrase – Sintagma Verbal) e seus complementos e adjuntos. Além disso, a ocorrência do fenômeno de *Elipse de VP* exige identidade entre o termo elidido e o seu antecedente na estrutura precedente (MADURO, 2005)⁵, contrariamente ao que ocorre na *Anáfora do Complemento Nulo*, a exemplo da sentença (20), onde houve apagamento do complemento sentencial sem envolver identidade lexical entre o verbo da matriz e o verbo da sentença encaixada (CYRINO, 2003).

A sentença (21) exemplifica o fenômeno conhecido por *Despojamento*, em que a presença de contraste de polaridade entre expressões adverbiais é condição

⁵ Apesar do ano de referência, este trabalho se insere no quadro teórico da Teoria da Regência e Ligação.

necessária para sua ocorrência, além da identidade existente entre o sintagma elíptico e seu referente manifesto (MADURO, 1995).

A *Elipse Lacunar/Gapping*, presente em (22), (JACKENDOFF, 1971) assemelha-se à *Elipse de VP*, tendo em vista envolver apagamento de verbo. Sua abrangência, no entanto, restringe-se à elisão do verbo principal ou da sequência auxiliar-principal, não incluindo a realização de seus argumentos ou adjuntos, como ocorre na *Elipse de VP*.

Na elisão por *Truncamento/Sluicing*, conforme (23) e (24), todo Sintagma de Tempo (TP) é elidido, deixando para trás apenas um elemento QU em Spec de CP. O material elidido é recuperado em LF via identidade semântica com o antecedente presente na sentença anterior (ROSS, 1969; MERCHANT 2001).

O exemplo (25) trata do tipo de elipse denominada *Perguntas e Respostas Abreviadas*, cuja propriedade essencial é ‘exibir um único constituinte lexicalmente realizado, que, por si só, permite a recuperação da frase omitida’ (CLARA, 2008, p. 6).

Já (26), do tipo *Réplicas Retificadoras*, também recuperado por um só constituinte, apresenta contraste semântico entre o conteúdo da pergunta e o da resposta, realizado por meio de expressões de negação ou afirmação. (CLARA, 2008).

Por fim, a sentença (27) ilustra o tipo *Elipse Nominal – EN* (LOBECK, 1995) – alvo de investigação do presente trabalho. A EN se particulariza por envolver uma unidade interna dentro do DP, e não uma unidade em nível da frase – como ocorre em outros tipos de elipse, conforme vemos a seguir.

2.2.2 Contextos de EN

São diversos os contextos em que a EN pode ocorrer no PB⁶, deixando dentro do sintagma material lexical composto por: (i) artigo definido ou indefinido seguido do pronome relativo *que*, com função de sujeito ou complemento direto, como em (28); (ii) pronome possessivo ou pronome demonstrativo, como exemplificado, respectivamente, em (29) e (30); (iii)

⁶ Evidenciamos aqui os contextos de ENs no PB porque, além de ser a variação linguística de maior relevância para o presente estudo, outras línguas apresentam diferentes restrições na legitimação da EN, a exemplo de algumas línguas românicas como o Francês, que apresenta restrições ao contexto (i) e (vi), e o Italiano, que apresenta restrições aos contextos (i), (v) e (vi).

numerais, conforme (31); (iv) quantificadores, a exemplo de (32); (v) adjetivos, antecidos de artigo definido, como na sentença (33), ou ainda (vi) um sintagma preposicional antecido de artigo definido, como (34) – tipo de construção investigada no presente trabalho.

- (28) A *casa* que eu queria e a [~~casa~~] que eu comprei são diferentes.
- (29) As *filhas* do Mário não gostam de culto, mas as minhas [~~filhas~~] gostam.
- (30) Estas *blusas* são quentes, mas aquelas [~~blusas~~] não são.
- (31) Os *estudantes da PUC* foram ao congresso, mas três [~~estudantes da PUC~~] voltaram antes de acabar.
- (32) Muitas *pessoas* assistem à Globo; poucas [~~pessoas~~] assistem ao SBT.
- (33) A *blusa* amarela e a [~~blusa~~] verde estão sujas.
- (34) A *casa* do João e a [~~casa~~] da Maria estão à venda.

Diante disso, podemos dizer que, basicamente, o licenciamento da EN no PB ocorre nas seguintes estruturas sintagmáticas: presença de determinantes (artigos, numerais, quantificadores, possessivos, demonstrativos) seguidos ou não de complementos e adjuntos; e ausência destes determinantes, com presença obrigatória de complementos ou adjuntos – caso, por exemplo, da ocorrência de plurais nus (*bare plurals*), a exemplo de (35).

- (35) Ele leu *livros* de Histórias e nós lemos [~~livros~~] de Linguística.

Por afetar uma unidade interna em um sintagma determinante, a EN pode ocorrer nos mais diferentes contextos sentenciais, com predominância em estruturas coordenadas – dada a simetria de configuração das orações⁷, que favorece a recuperação categorial e semântica do termo elidido – como em (36) e (37), podendo ocorrer também em estruturas subordinadas, como em (38).

- (36) O presente para o João e o [~~presente~~] para a Maria foram comprados.

⁷ A similaridade estrutural das sentenças em coordenação favorece significativamente a recuperação do termo elidido. A ausência desse paralelismo estrutural pode dificultar a legitimação e a identificação do elemento elidido e jogar peso maior para elementos do contexto, a exemplo de: “*Esta casa deveria ter sido pintada, mas já vi que ninguém pintou*”. A desarmonia estrutural, nesse exemplo, ocorre porque a primeira oração está na voz passiva, ao passo que a segunda se encontra em voz ativa.

- (37) A carta para a Rita foi entregue e a [~~carta~~] para o Carlos foi extraviada.
 (38) O Mário comprou a camisa verde, apesar de querer a [~~camisa~~] vermelha.

Para Matos (2003 apud CLARA, 2008, p. 13), ‘o artigo definido destaca-se das restantes categorias funcionais por apresentar um comportamento específico: isoladamente não pode recuperar o nome elíptico (cf. (39)), embora o possa fazer na presença de outras categorias funcionais ou de complementos e adjuntos’ – como (28), (33) e (34) acima. Clara (2008, p. 15) argumenta que, em PE, no caso de o determinante que acompanha o núcleo nominal ser o artigo definido, a presença do complemento é obrigatória, tendo em vista o valor referencial dessas entidades.

- (39) * Os estudantes da Estácio assistiram à palestra, mas os [~~estudantes da Estácio~~] não gostaram.

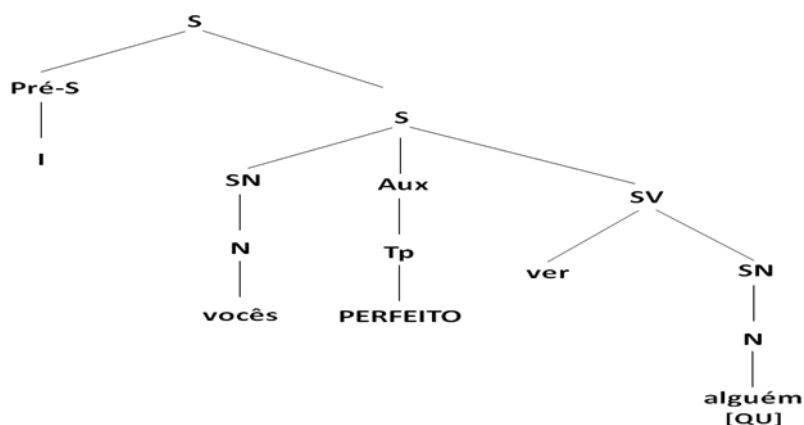
Martinho (1998, p. 75) afirma também que este tipo de construção elíptica em português é muita restritiva, uma vez que a legitimação do nome nulo antecedido de artigo definido – ao contrário do artigo indefinido, dos quantificadores, possessivos e demonstrativos – está condicionada à presença de um complemento do tipo adjetival, oracional ou genitivo, como podemos depreender das sentenças (40) – (45).

- (40) Os estudantes da Estácio assistiram à palestra, mas *uns* [~~estudantes da Estácio~~] não gostaram.
 (41) As professoras da PUC receberam presentes, mas *algumas* [~~professoras da PUC~~] não gostaram.
 (42) Aqueles primos de Belo Horizonte gostaram da festa de ontem, mas *esses* [~~primos de Belo Horizonte~~] não.
 (43) Os alunos aprovados receberam homenagem e os [~~alunos~~] reprovados não.
 (44) Os livros que escrevi e os [~~livros~~] que ainda pretendo escrever fazem parte da minha vida.
 (45) O aluguel do vestido foi mais caro que o [~~aluguel~~] do sapato.

2.2.3 Análises não minimalistas

A primeira abordagem da linguística gerativa acerca do assunto, baseada no **Modelo Padrão** (CHOMSKY, 1957), não se debruçava detidamente sobre os variados fenômenos do vazio, mas buscava explicá-los em termos de regras de transformação, associadas à verificação de traços semânticos e a regras sintáticas e morfofonológicas, a exemplo das regras de transformação sintática de deslocamento de QU – que, para o correto posicionamento do interrogativo, valiam-se de um marcador abstrato Pré-Sentencial, como se pode verificar na estrutura em (46), apresentada por Lobato (1986, p. 191):

(46) Quem vocês viram?



De acordo com Teoria Padrão, em (46) ocorre uma combinação de duas regras: a de transformação sintática para o deslocamento do SN ligado ao pronome interrogativo para a posição do marcador Pré-Sentencial; e a regra de formação da palavra interrogativa, que levaria às formas QUEM (QU + alguém), QUE (QU + algo/algum), QUANTO (QU + alguma quantidade) e assim por diante, de acordo com os traços semânticos de cada operador interrogativo. Isso significa dizer que processos de deslocamento sintáticos ocasionam vazios na estrutura.

Essa teoria não se manteve por sua reduzida capacidade de generalização, levando a análise dos fenômenos linguísticos para resolução caso a caso – o que, de certa maneira, fragiliza o poder preditivo da teoria e sobrecarrega seu aparato metodológico.

Na perspectiva da TRL, por outro lado, o vazio compõe um quadro de estudos específico, voltado para a análise de estruturas movidas e categorias foneticamente não realizadas.

Aquilo que para as gramáticas clássicas e normativas está notadamente associado a características semânticas e discursivas é tomado na perspectiva gerativa sob o olhar de que, na elipse, há um apagamento de termos da oração por razões não apenas estilísticas e pragmáticas, mas, também, sintáticas.

Dessa maneira, a gramática gerativa não nega a influência do sentido e do contexto, antes considera os aspectos semânticos e pragmáticos fatores importantes, mas não exclusivos ou preponderantes, possibilitando, assim, a investigação e a configuração das propriedades universais e paramétricas que envolvem o fenômeno.

Nesse quadro de análises gerativistas, ganha força o estudo da Tipologia das Categorias Vazias como ferramenta teórica e metodológica em busca da descrição e explicação dos diferentes fenômenos do vazio na linguagem.

Sentenças como (47) - (53) passam, portanto, a levantar questões relevantes na investigação formal sobre o fenômeno do vazio linguístico: (i) os diversos tipos de categorias vazias são fenômenos da mesma natureza?; (ii) que propriedades estão envolvidas na categorização desses elementos?; (iii) que condições estruturais e restrições atuam para o licenciamento desses fenômenos?

- (47) **ec** Choveu ontem.⁸
- (48) Tiago_i prometeu **ec**_i revisar adequadamente seu trabalho.
- (49) A bola_i foi chutada **ec**_i pelo menino.
- (50) João_i vai **ec**_i comprar um carro grande.
- (51) O que_i Maria estudou para a prova **ec**_i?
- (52) Eu queria falar sobre amor_i com ela, mas não **ec**_i com você.
- (53) O jogo_i do Brasil e o **ec**_i da Argentina foram adiados.⁹

A distinção entre esses fenômenos e sua classificação como espécies de **ecs** serão apresentadas com mais detalhes na próxima subseção.

⁸ **ec** = empty category (categoria vazia).

⁹ Incluímos nesse exemplo o símbolo de categoria vazia (**ec**) para efeito de indagação generalizada sobre as diferentes características e manifestações do vazio linguístico. Isso não significa necessariamente que a EN seja uma espécie de Categoria Vazia, como vemos adiante.

2.2.3.1 Elipses Nominais e Categorias Vazias

A principal contribuição da abordagem gerativista para o estudo dos vazios linguísticos foi a formalização do fenômeno e de suas diferentes espécies em termos de categoria vazia.

Para a Gramática Gerativa, as **ecs** não são mero construto teórico ou recurso conceitual arbitrário. A existência das categorias vazias é um dado empírico das línguas e sua assunção para a teoria é fundamental, na medida em que a postulação de **ecs** em sentenças como (54) e (55) explica a não violação de princípios da gramática como o Critério Theta, o Princípio de Projeção e o Princípio de Projeção Estendido.

(54) Mário_i parece **ec**_i adorar seu trabalho.

(55) **ec** Amanhece belamente em Copacabana.

Notemos que em (54) a inexistência da **ec** violaria o Critério Theta, visto que o verbo encaixado não teria como descarregar seu papel temático, em razão do deslocamento do DP com matriz fonética (*Mário*) para Spec de IP, a fim de receber Caso Nominativo. O desrespeito ao Critério Theta implicaria também a violação do Princípio de Projeção, uma vez que haveria má formação em estrutura profunda como afirma Chomsky (1986, p. 97).

Uma consequência do Princípio da Projeção é, em termos informais, o fato de, se um elemento for interpretado como ocupando uma dada posição, esse elemento ter de estar aí na representação sintática, quer como uma categoria evidente que está foneticamente realizada, quer como uma categoria vazia, à qual não é atribuída forma fonética.

Já em (55) a presença da **ec** atende ao Princípio de Projeção Estendido, segundo o qual toda sentença tem de ter sujeito.

Em linhas gerais, a análise gerativa com base na teoria de princípios e parâmetros considera a existência dos vazios linguísticos¹⁰, a partir de três grandes motivações: o vazio que envolve deslocamentos e vestígios, como em (56) e (57), e garante, sobretudo, a não violação do Princípio de Projeção; o vazio na posição

¹⁰ Tal fato, em certa medida, ajuda a responder ao questionamento apresentado no item (i) da subseção 2.2.1: os diversos tipos de ocorrência do vazio são fenômenos da mesma natureza?

de sujeito, como em (58) - (60), que preserva o Princípio de Projeção, o Princípio de Projeção Estendido e o Critério Theta.

- (56) Bernardo_i parece **ec**_i gostar Linguística (deslocamento com vestígio de DP)
- (57) O que_i farei **ec**_i após a defesa? (deslocamento com vestígio de QU)
- (58) **ec** Choveu ontem. (sujeito nulo)
- (59) A professora_i disse **ec**_i gostar de mim. (sujeito nulo)
- (60) **ec** Comprei um carro lindo. (sujeito nulo)

Os vazios por movimento são resultado do deslocamento de DP's da base para uma posição argumental, para receber Caso, ou para uma posição não argumental – movimento QU, relativização ou topicalização.

(56) exemplifica sentença em que o deslocamento do DP *Bernardo* se deu para uma posição argumental (Spec de IP do verbo *parecer*), a fim de obter Caso Nominativo (já que a forma verbal infinitiva *gostar* não atribui Caso), satisfazendo o Princípio de Projeção Estendido e deixando, com isso, vestígio na posição de base, o que garante a preservação do Princípio de Projeção, tendo em vista que o verbo *gostar* precisa descarregar seu papel temático. É importante notar aqui, ao contrário do que ocorre em (59), que essa movimentação é possível porque o verbo *parecer* não possui argumento externo (verbo inacusativo), o que cria condições para o argumento externo do verbo *gosta'*, no caso o DP *Bernardo*, ocupar o Spec do IP do verbo *parecer*.

Já (57) ilustra deslocamento de DP interrogativo (*o que*) para uma posição não argumental, qual seja, Spec de CP, deixando sua cópia na posição de base, garantindo, assim, a boa formação da sentença.

Por outro lado, as sentenças (58), (59) e (60) nos trazem casos de categorias vazias sem movimento. Em (58), a presença da categoria vazia é decorrência do Princípio de Projeção Estendido, como melhor veremos adiante. Já (59) exemplifica caso em que a existência da **ec** se dá para satisfazer o Critério Theta, mas não há deslocamento, em contraste com o que ocorre em (56), pois a posição de Spec de IP do verbo matriz (*disse*) já está ocupada com o seu próprio argumento externo (o DP foneticamente realizado *A professora*). Por fim, (60) ilustra caso de **ec** como sujeito nulo.

Contudo, em termos mais específicos, podemos dizer que as categorias vazias envolvem fenômenos com características e propriedades particulares. Dessa maneira, os três grupos apresentados acima correspondem, teoricamente falando, a quatro espécies de categorias vazias: *t* (*vestígio*), *variável* (*vbl*), *pro* e *PRO*, que são diferenciadas entre si por meio das seguintes propriedades: caso, papel temático e referentes potenciais.

O vestígio é resultante do deslocamento de um DP para uma posição argumental, a fim de obter Caso Nominativo, satisfazendo o Princípio de Projeção Estendido, conforme podemos depreender de (61) e (62)

- (61) O garoto_i foi beijado **ec**_i pela mãe.
 (62) A carta_i sumiu **ec**_i.

No exemplo (61), temos um caso em que o DP *O garoto* recebeu papel temático em posição de base, mas foi deslocado para a atribuição de Caso Nominativo, gerando assim um *vestígio* na posição de base. Em (62), a forma verbal inacusativa *sumiu* descarrega seu papel temático ao DP na base, mas atribui-lhe Caso Nominativo em função de seu deslocamento (do DP *A carta*) para o Spec do IP desse verbo.

Dessa maneira, é possível dizer que a categoria vazia *vestígio* tem sua ocorrência ligada ao movimento de um DP para atribuição de Caso, fenômeno típico em sentenças com verbo inacusativo ou em estruturas com voz passiva, conforme ilustram, respectivamente, (61) e (62). Esse tipo é o chamado movimento A.

A categoria denominada *variável* assemelha-se ao vestígio por ser resultado de movimento. Distingue-se, porém, por ser resultado do deslocamento para uma posição não-argumental, ou seja, envolve movimento para posição de não caso, como em (63). É, portanto, resultado de movimento *A-barra*.

- (63) Do que_i o professor falou **ec**_i na última aula?

Podemos ver em (63) que o papel temático é atribuído na base, mas há deslocamento do sintagma para o Spec do CP, posição não argumental e, portanto, não atribuidora de Caso.

As outras duas categorias vazias (*pro* e *PRO*) apresentam uma característica em comum: não são resultado de movimento. São categorias lexicais, pronomes nulos, geradas na base para satisfazer exigências da Gramática (e.g. Critério Theta e Princípio de Projeção). Entretanto, uma diferença pontual distingue *pro* de *PRO*: a atribuição de Caso, conforme se pode extrair de (64) e (65).

(64) Maria_i disse que [*pro*]_i come frutas.

(65) Maria_i disse [*PRO*]_i comer frutas.

Em (64), a categoria vazia *pro*, como argumento externo da forma verbal *come*, recebe papel temático e Caso Nominativo do verbo finito da sentença encaixada; ao passo que, em (65), à categoria *PRO* é atribuído papel temático pelo predicador verbal, mas não Caso Nominativo, uma vez que a flexão finita não licencia esse Caso.

Observando os exemplos abaixo, é possível também destacar outras particularidades da categoria vazia *pro*.

(66) [*pro*] Relampejou muito ontem.

(67) [*pro*] Comi demais naquela festa.

(68) Eu bebi muito [*pro*].

Na sentença (66), *pro* ocorre para satisfazer o Princípio de Projeção Estendido. Em (67), desempenha papel paramétrico de Sujeito Nulo e em (68) de Objeto Nulo.

Com base nessa especificação de propriedades das categorias vazias, podemos estabelecer a distinção específica de cada uma das categorias apresentadas, confrontando as sentenças (69) – (72)

(69) João_i parece t_i gostar de Linguística

- (70) De que_i João disse que gosta *vbl_i*?
- (71) João_i disse que *pro_i* gosta de Linguística
- (72) João_i vai *PRO_i* gostar de Linguística.

Em (69), temos um caso de *vestigio*, uma vez que o papel temático é atribuído na base, mas há deslocamento do DP ‘*João*’ para uma posição argumental – Spec de IP do verbo *parecer* (verbo inacusativo) –, a fim de receber Caso Nominativo. Já (70) representa uma *variável*, pois se trata de deslocamento de QU para uma posição não argumental, qual seja, Spec de CP. (71), por sua vez, é exemplo de emprego de *pro*, tendo em vista duas características: não deslocamento e atribuição de Caso Nominativo. A sentença (72) ilustra o fenômeno *PRO*, visto que não há deslocamento nem atribuição de Caso Nominativo, mas apenas atribuição de papel temático para satisfação do Critério Theta.

Outra maneira de estabelecer e refinar a distinção formal entre as *ecs* é relacioná-las aos princípios A, B e C da Teoria da Vinculação, associados, respectivamente, às propriedades de distribuição das categorias plenas: *Anáforas*, *Pronomes* e *Expressões Referenciais*.

- (73) A Ana_i disse que *pro_i* gostou da viagem.
- (74) João_i parece *t_i* gostar de Linguística .
- (75) De quem_i a Maria estava falando *vbl_i*?
- (76) Eu_i quero *PRO_i* estudar no exterior.

Nesse sentido, a categoria vazia em sentenças como (73) parece mais próxima do que chamamos *Pronomes*, uma vez que o antecedente referencial de *pro* não está ligado num domínio de vinculação. Em termos de referenciais, *pro* não depende de antecedente, mas, se o possuir, este não poderá estar vinculado no mesmo domínio de vinculação de seu referente, obedecendo, assim, ao Princípio B da Teoria da Vinculação (ou Teoria da Ligação).

Em (74), o vestígio apresenta antecedente obrigatório e vinculado a um mesmo domínio, correspondendo, assim, à classificação das *Anáforas* (Princípio A da Teoria da Vinculação).

A sentença (75) traz exemplo de uma *variável*, categoria vazia desvinculada de qualquer antecedente, tendo como referente elemento externo à sentença, mantendo correspondência com as *Expressões Referenciais* – Princípio C da Teoria da Vinculação.

O exemplo (76) ilustra um caso de categoria vazia híbrida quanto aos princípios da Teoria da Vinculação. *PRO* obedece ao mesmo tempo aos Princípios A e B, assemelhando-se a *Anáforas*, já que pode estar ligado em seu domínio de vinculação, e a *Pronomes*, quando estiver livre em seu domínio de vinculação.

Em resumo, a TRL assume a existência de quatro categorias vazias: *vestígio*, *variável pro* e *PRO*, cada qual com possível associação a um dos elementos da Teoria da Vinculação (categorias foneticamente realizadas): *Anáforas*, *Pronomes* e *Expressões Referenciais*, conforme podemos ver no quadro (77) a seguir, extraído de MARTINHO (1998, p. 13).

(77)

Combinação de Traços	Categorias plenas	Categorias Vazias
[+anafórico] [-pronominal]	Anáforas	Vestígio
[-anafórico] [+pronominal]	Pronomes	pro
[-anafórico] [-pronominal]	Expressões Referenciais	Variável (vbl)
[+anafórico] [+pronominal]	-	PRO

Como vimos, à luz da teoria gerativa, as diferentes manifestações do vazio linguístico, em que pesem algumas semelhanças, apresentam propriedades e comportamentos bem particulares, configurando assim um quadro produtivo de fenômenos linguísticos, com bem assevera Raposo (1992, apud MARTINHO, 1992, p.30).

A conclusão de que existem tipos diferentes de categorias vazias, com propriedades distintas e restrições distribucionais diferentes, mostra claramente que estamos face a entidades linguísticas reais, que fazem parte da representação da linguagem na mente do falante/ouvinte. [...] Uma categoria vazia não é apenas uma simples ausência, porque uma ausência não pode possuir propriedades diferenciadas. Pelo contrário, uma categoria vazia é uma categoria linguística real com uma matriz gramatical, embora sem matriz fonológica.

Em cotejo com elementos da Tipologia das Categorias Vazias e da Teoria da Vinculação, é possível considerar que o fenômeno da EN possui propriedades semelhantes a *pro*, uma vez que o elemento elidido recebe papel temático e Caso em sua posição de base, além de ter seu referente fora de seu domínio de vinculação, a exemplo dos *Pronomes*.

Com base nessas considerações, podemos responder às questões formuladas na parte final da subseção anterior (sentenças 47 – 53), já que os diversos tipos de categorias vazias não são fenômenos da mesma natureza e que os diferentes tipos de *ecs* apresentam distintas propriedades e diferentes condições estruturais e restrições de licenciamento.

Contudo, frente a essa explanação, algumas perguntas emergem: a elisão nominal é uma espécie de *ec*? A EN partilha propriedades com as *ecs*? Em caso positivo, em que medida a EN se insere nesse quadro das *ecs*? Em caso negativo, como classificar a EN dentro da gramática gerativa?

2.2.3.2

Algumas abordagens sobre EN

Para Matos (2003 apud CLARA, 2008, p. 6), as elipses, em geral, ‘recobrem omissões que não resultam da deslocação de expressões para outras posições, mas antes da não realização de constituintes que ocupam a sua posição usual na frase’. Segundo a autora, a EN, em particular, caracteriza-se pela omissão do núcleo do NP (Nominal Phrase – Sintagma Nominal) apenas, ou do núcleo do NP acompanhado de alguns dos seus complementos ou adjuntos.

(78) A blusa_i branca e a [~~blusa~~]_i azul estão em promoção.

(79) A casa de praia_i do João foi mais cara do que a [~~casa de praia~~]_i do Mário.

(80) O requerimento de aposentadoria_i de Vânia e o [~~requerimento de aposentadoria~~]_i de Maria estão engavetados.

(78) exemplifica sentença com omissão do núcleo do NP. A sentença (79) ilustra caso de elipse do núcleo e seu adjunto, ao passo que em (80) temos um exemplo de elisão do núcleo e seu complemento.

Lobeck (1995) define EN como categoria vazia resultante de um processo anafórico que não envolve movimento, mas sim omissão de um constituinte sintático, sob identidade (correferência) com um antecedente no discurso. Afirma, ainda, que as ENs, a exemplo de (81), assim como os pronomes, conforme (82), são regidos pelo princípio B da Teoria da Ligação, sendo, portanto, livres em seu domínio de vinculação. Note nos exemplos dados que as ENs ocorrem em estruturas de coordenação, as quais são ilhas para movimento. Portanto, as ENs não podem mesmo ser tratadas como resíduos de movimento.

(81) A Maria_i gosta de blusas_i amarelas e a Ana_j gosta de [~~blusas~~]_i vermelhas.

(82) O Pedro_i disse que o João_j gosta dele_i.

A autora afirma que o fenômeno de EN está sujeito a princípios de legitimação formal, verificada por regência, e identificação semântica, verificada por coindexação, compartilhando, assim, certas propriedades com os pronomes vazios – *pro*.

Para Lobeck (1995), assim como para Kester & Sleemen (2002), a legitimação e identificação da EN em línguas românicas pode se dar em decorrência de duas estratégias, a depender de parâmetros específicos de cada língua: por concordância forte, em que o núcleo do DP (i.e. o artigo) está em concordância morfológica com o núcleo do NP (i.e. nome) – como no caso do espanhol (83) e do português (84), por exemplo; ou pela verificação do traço semântico [+ partitivo] no determinante, próprio aos quantificadores, e pela identificação a um antecedente específico ligado ao discurso, como no caso do francês (85).

(83) He visto la película de Saura, pero no había entradas para la [~~película~~] de Almodovar.

(84) As camisas amarelas e as [~~camisas~~] vermelhas estão na promoção.

(85) J'ai acheté beaucoup de livres, et tous [-] sont intéressants.

Sleeman (1996 apud CLARA, 2008, p. 9) atribui a resolução da EN em francês¹¹ a duas condições: (i) concordância morfológica entre o núcleo elidido e seus argumentos – incluindo os determinantes; e (ii) identidade categorial e semântica do elemento apagado com seu antecedente, a exemplo de (84) acima em que há concordância entre o N elidido, seu determinante e seu adjunto, bem como há identidade categorial, pois se tratam de dois nomes, e identidade semântica, pois o N elidido se refere ao mesmo objeto semântico de seu termo referente.

Martinho (1998, p. 25) define EN em termos de uma ‘categoria vazia – não foneticamente realizada – que crucialmente implica as duas características seguintes: ocorre diretamente na representação sintática – é basicamente engendrada e não o resultado de um movimento em Estrutura-S–, e o seu conteúdo é determinado a nível da FL (Forma Lógica)’. O autor afirma, nesse sentido, que a EN está presente em todos os níveis de representação. Portanto, nessa análise, ENs não são resultado do apagamento em Forma Lógica PF (Phonological Form), mas categorias vazias inseridas na estrutura sintática.

Zribi-Hertz (1985, p. 60), por outro lado, aponta para uma certa independência conceitual entre EN e ees anafóricas, tendo em vista que o comportamento das ENs, por vezes, desrespeita condições de minimalidade, associadas ao Princípio das Categorias Vazias e à legitimação e identificação de vazios por vestígios.

(86) João_i parece t_i estar doente. (vestígio criado por movimento A)

(87) As roupas para as crianças foram compradas e as [~~roupas~~] para os idosos foram doadas. (EN)

Em (86), a categoria vazia é um vestígio do sujeito da matriz. A relação entre esse vestígio e o seu antecedente é local, já que não há entre eles nenhum nó S que inclua um, mas não o outro. Por outro lado, em (87), caso de EN, a categoria N elidida não está no mesmo domínio sentencial do seu antecedente, dado que cada um está dentro de uma das S’s coordenadas, não estando, assim, sujeito ao Princípio A.

¹¹ A nosso ver, tais condições atendem ao licenciamento de EN’s no PB, o que motivou a citação.

Nesse sentido, a autora propõe, alternativamente, que a elipse opera à base do *Princípio da Recuperabilidade*, por meio do qual só se pode apagar material que seja redundante. Para Zribi-Hertz (1985, p. 60) o fator redundância é determinante na distinção entre elipses e categorias vazias, na medida em que elementos redundantes podem ou não ser omitidos, de acordo com a intenção discursiva – como em (88), ao passo que vestígios e seus antecedentes lexicais são obrigatoriamente excludentes – a exemplo de (89).

(88) Eneida comprou o livro_i do Saramago e o [~~livro~~]_i do João Ubaldo.

(89) Eu não entendi que argumentos_i o Ricardo usou v_i em sua fala.

Em (89), a existência do vestígio é para a TRL perfeitamente sustentada pelo Princípio das Categorias Vazias, uma vez que o elemento movido *que argumentos* rege por antecedente o seu vestígio, que é tematicamente regido pelo verbo *usar*. Já na sentença (88), não há movimento nem, portanto, vestígios, pelo que o *Empty Category Principle* (ECP – Princípio da Categoria Vazia) não tem aplicação neste caso. Além disso, por ser redundante, o elemento elíptico pode ser foneticamente realizado, o mesmo não podendo ocorrer com vestígios.

O que se pode depreender desses dados é que, em propostas dentro da TRL, a ocorrência de fenômenos característicos das categorias vazias e das elisões – dada sua profusão de tipos – deve satisfazer a restrições e condições de licenciamento próprios de cada espécie, conforme variação paramétrica observada nas línguas, isto é, ‘está sujeita a condições específicas de legitimação e possui restrições de interpretação associadas a relações de antecedência na Forma Lógica’, conforme afirma Martinho (1999, p. 29).

Nesse sentido, em que pesem as diferentes perspectivas acerca de sua natureza categorial e de suas condições de legitimação e identificação, as ENs, ao que parece, apesar de compartilharem certas propriedades com as ECs, não podem ser formalmente identificadas, por um lado, com nenhuma das categorias vazias elencadas em (77), na medida em que se distinguem de *vestígios* e *variáveis*, por não serem resultado de deslocamento, e se afastam, por outro lado, de *pro* e *PRO* pela possibilidade de realização fonética do material elidido.

No entanto, as ENs dividem certas características com as ECs: são elementos sintaticamente presentes, que desprovidos de matriz fonética e que não violam princípios gramaticais.

Dessa maneira, é possível afirmar que, entre semelhanças e diferenças, o fenômeno da EN e o das **ecs** apresentam propriedades específicas, sujeitas a variações de tipos e parâmetros linguísticos, o que justifica a profusão de pesquisas e o permanente interesse de estudos sobre o vazio linguístico. Ou seja, as pesquisas sobre EN nos mostram que as elisões nominais comportam-se ora como categoria vazia, ora não.

2.2.4 Análise Minimalista sobre EN

Nessa nova abordagem sobre a arquitetura da Faculdade da Linguagem (FL) e, subsidiariamente, sobre os fenômenos linguísticos em geral, a teoria gerativa busca enxugar excessos teóricos e se volta para a tarefa de investigar a relação entre a FL e suas interfaces com os níveis de representação mental PF (Phonological Form) e LF (Logical Form), associados, respectivamente, aos sistemas articulatório-perceptual e conceitual-intencional. Além disso, procura explicar de que maneira as representações linguísticas se tornam convergentes de modo a permitir sua leitura pelos sistemas de interface.

A teoria, antes com níveis representacionais, possui agora um caráter notadamente derivacional, baseado em um conjunto reduzido de operações lógicas que procuram, com parcimônia teórica e metodológica, descrever e explicar a dinâmica de funcionamento dos fenômenos linguísticos e licenciar seus objetos sintáticos para serem óptima e perfeitamente interpretados nas interfaces, obedecendo ao Princípio de Interpretação Plena. Assim, níveis de representação, até então considerados necessários, como D-S (Deep Structure) S-S (Surface Structure), perdem seu valor teórico. Consequentemente, teorias acerca de categorias vazias e elipses, por exemplo, vinculadas a esses níveis de representação, tornam-se conceitualmente irrelevantes, em razão de sua impossibilidade de leitura pelas interfaces.

Dessa maneira, ao contrário da maquinaria conceitual da TRL voltada para a descrição e explicação de fenômenos de vazio linguístico, o Programa

Minimalista (doravante PM) se apresenta teoricamente mais enxuto, ao postular a substituição teórica de fenômenos da linguagem, incluindo os vazios linguísticos, por simples operações de cópia e apagamento de constituintes.

Contudo, essa aparente ausência de formalização especializada não relega os diferentes tipos de vazio a uma mesma categoria amorfa, como ocorrido na abordagem clássica e na normativa.

Especificamente sobre a elipse, agora sua derivação não mais pressupõe um vazio engendrado na base. Portanto, as elipses devem ser resultados de processos sintáticos licenciados nas interfaces.

Nesse caso, deve-se pensar que EN é consequência de apagamento de constituinte na sintaxe ou em PF, ocorrendo em atendimento a intenções do discurso na eliminação de elementos estritamente desnecessários ou ocorre por exigência de processos fonológicos – presentes pós-Spell-Out.

O PM procurou simplificar a descrição e a explicação do fenômeno da elisão, sem, contudo, excluir de seus quadros de análise as condições de legitimação e identificação do vazio elíptico.

Dessa maneira, na proposta minimalista, a elipse deixa de ser apenas uma possível feição da categoria vazia e passa a ser tratada como uma operação resultante de necessidades cognitivo-discursivas, realizada no âmbito da relação entre o sistema computacional, que opera as condições de licenciamento, e os sistemas externos de interface.

Por fim, pode-se dizer que, se pela via etimológica, podemos considerar elipse como sinônimo de imperfeição, incompletude, falta ou defeito; se, para o estudo da retórica clássica, trata-se de um vazio, contextualmente recuperável; e, para a TRL, compõe um quadro de especificidades diversificado; numa perspectiva formal minimalista, o fenômeno da elisão nos parece um recurso linguístico e cognitivo ótimo e econômico da gramática, que pode fornecer evidências consideráveis sobre as estruturas subjacentes e abstratas do sistema linguístico (MERCHANT, 2001), sobre as interfaces com a sintaxe, bem como se apresenta como um desafio a qualquer tentativa de formalização gramatical.

Voltaremos à arquitetura da gramática proposta pelo PM, especialmente no que tange à relação entre a sintaxe e a PF, no capítulo 3, em que falaremos da relação entre estrutura sintática e prosódia. Mostraremos também como aspectos

prosódicos, portanto de interface, interferem no licenciamento de estruturas com EN.

A análise minimalista aqui defendida é inovadora. É o primeiro trabalho que aponta para a relação de interface sintaxe-fonologia no estudo de EN, ao menos no PB. Ainda não temos para o PB nenhuma análise minimalista de EN, fenômeno muito pouco estudado nessa língua.

2.3

Resumo

Neste capítulo, apresentamos as diferentes abordagens do vazio linguístico, com ênfase na perspectiva gerativista. Vimos que os estudos clássicos e normativos sobre elisão centravam suas abordagens na questão semântica e, por isso, não explicavam adequadamente o fenômeno em suas mais diversas feições. A abordagem gerativa foi além da dimensão do sentido e trouxe um cunho formal ao estudo do tema, buscando compreender diferentes tipos de vazios, em suas diversas formas. Abordamos, também, ao longo do capítulo, as diferentes perspectivas gerativistas de estudo sobre a elisão, do Modelo Padrão ao Programa Minimalista.

No próximo capítulo, abordaremos o problema investigado e suas motivações, e apresentaremos os fundamentos das teorias que embasaram nossas análises.